

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.934 - SP (2019/0257615-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : G G P  
**ADVOGADO** : GERALCÍLIO JOSÉ PEREIRA DA COSTA FILHO - SP204693  
**AGRAVADO** : W T - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : V F L - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : PAULO SERGIO BUZAID TOHME - SP113208  
VIVIAN DO VALLE SOUZA LEÃO MIKUI - SP102195

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*Ação de reconhecimento de união estável. Advogada apelante que, após publicação da sentença, renuncia ao mandato. Apelante que permaneceu representada durante todo o prazo para interposição de recursos, em razão do disposto no artigo 112, § 1º, do NCPC. Prazos processuais que se encerram independentemente de declaração judicial, não se restabelecendo, em regra, por nova intimação da parte. Apelo intempestivo. Recurso não conhecido, com majoração dos honorários devidos ao patrono do apelado.*

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 76 e 112, §1º, do CPC/15. Para tanto, sustenta, em síntese, que *"a conduta da advogada anterior não pode prejudicar a recorrente, quando o próprio Código determina a intimação para sanar o vício"* - (fl. 459), acentuando que *"a reabertura do prazo foi legítima e se coaduna com o princípio da sanabilidade dos vícios"* - (fl. 461).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

No que tange à admissibilidade do apelo especial por violação do art. 76 do

CPC de 2015, não se vislumbra o efetivo prequestionamento do teor do dispositivo legal citado, o que inviabiliza a apreciação da tese recursal apresentada, sob pena de supressão de instâncias. De fato, não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito de controvérsia apoiada na normatividade do dispositivo legal supostamente violado. Frise-se que ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Observa-se a incidência, pois, por analogia, dos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

Em relação à preclusão ocorrida, nota-se que a Corte de Justiça, com base no lastro probatório colacionado aos autos, verificou que, mesmo após a intimação para que constituísse novo patrono, a parte agravante manteve-se inerte e interpôs o recurso intempestivamente, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fls. 449/450):

*Verte-se dos autos que a r. sentença de fls. 325/331 foi disponibilizada no DJE em 22/11/2016 (fl. 332), momento em que já estava vigente o novo Código de Processo Civil, contando-se os prazos processuais, portanto, em dias úteis (artigo 219 do NCPC). Desse modo, num primeiro momento, o último dia do prazo para oferecimento de apelação seria 16/12/2016.*

*Durante o decurso de tal prazo, a patrona que representava a apelante renunciou ao mandato que lhe fora outorgado (fls. 335/336), comprovando, na oportunidade, haver cientificado a parte acerca da renúncia, conforme preconiza o artigo 112 do NCPC (fls. 337/343).*

*A petição que noticiou a renúncia foi protocolada nos autos em 1º/12/2016, concluindo-se que a apelante permaneceu representada pelos 10 (dez) dias seguintes, na forma do § 1º do referido artigo 112 do NCPC - ou seja, até o dia 19/12/2016, inclusive. Recorde-se, nesse aspecto, que tal prazo deve também ser contado em dias úteis (artigo 219 do NCPC).*

*Inafastável, ainda, a constatação de que a atuação da patrona renunciante era necessária no caso, uma vez que havia prazo recursal em andamento, sendo evidente o risco de prejuízo à mandante.*

*Dessa forma, impõe-se reconhecer que a apelante permaneceu regularmente representada durante o decurso do prazo para oferecimento de apelação, considerando que o último dia para a prática do ato seria 16/12/2016 e que a advogada renunciante continuou responsável por atuar no feito até o dia 19/12/2016. O recurso, entretanto, foi interposto por novo advogado somente em*

04/12/2017 (de acordo com a chancela de protocolo à fl. 364), ~operando-se a preclusão temporal em razão da perda da referida — oportunidade processual. Compete destacar, na hipótese, que o reconhecimento do decurso do prazo independe de declaração judicial, consoante determina o artigo 223 do NCPC (grifos meus):

*"Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, Independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa."*

*A intimação posterior da apelante (fls. 344 e 356), de seu lado, não se presta a reabrir prazo já encerrado. Também não se aventou, nos autos, a ocorrência de justa causa ou de qualquer das hipóteses legais que autorizam eventual prorrogação dos prazos processuais.*

Ocorre que o acórdão recorrido está em consonância com o posicionamento desta Corte de Justiça acerca da impossibilidade de conhecimento do recurso interposto após o esgotamento dos prazos concedidos para a constituição de novo patrono, sendo inclusive, prescindível a intimação da parte para a regularização da representação processual.

Sobre o tema, colacionam-se as seguintes ementas:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RENÚNCIA. CIÊNCIA DAS RECORRENTES. NÃO CONSTITUIÇÃO DE NOVO ADVOGADO. INTIMAÇÃO PARA SUPRIR O DEFEITO. NÃO REGULARIZAÇÃO. DECURSO DO PRAZO. SÚMULA Nº 115 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.**

*1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. A jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento de que a renúncia de mandato regularmente comunicada pelo patrono ao seu constituinte, na forma do art. 112 do NCPC, dispensa a determinação judicial para intimação da parte objetivando a regularização da representação processual nos autos, sendo seu ônus a constituição de novo advogado.*

*3. A não apresentação da procuração, mesmo após abertura de prazo para regularização do defeito, acarreta o não conhecimento*

*do recurso.*

*4. Agravo interno não conhecido.*

(AgInt no AREsp 979.062/RJ, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018)

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS. RENÚNCIA. NÃO REGULARIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO.*

*1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "a ausência de representação processual, ainda que proveniente de renúncia posterior à interposição do recurso, impõe à parte o dever de regularização, sob pena de não conhecimento do recurso por ausência de pressuposto processual." (AgRg no Ag 1399568/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2013, DJe 22/10/2013).*

*2. Agravo interno não conhecido.*

(AgInt no AREsp 906.912/DF, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 28/09/2017)

*CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RENÚNCIA DO ADVOGADO COMUNICADA AO MANDANTE, SEM A CONSTITUIÇÃO DE SUBSTITUTO. FLUÊNCIA DOS PRAZOS PROCESSUAIS NORMAL. SÚMULA Nº 83 DO STJ.*

*1. Ocorrendo comunicação válida da renúncia do causídico ao seu mandante, cabe à parte providenciar substituto; o processo prossegue, fluindo os prazos independentemente de intimação (art. 45 do CPC).*

*2. O banco não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado.*

*Incidência da Súmula nº 83 do STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg nos EDcl no AREsp 526.856/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 27/03/2015)

Observa-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 83 do STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ,

# *Superior Tribunal de Justiça*

conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% (quinze por cento) para 16% (dezesesseis por cento).

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator